

Presidente

Secretário

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2011, NO SALÃO NOBRE DO
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores vereadores Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto e Margarida José César Osório Silva Duarte.

AUSÊNCIAS

Justificada a ausência do senhor Vereador António Pinto Carreira por se encontrar de férias e justificada a ausência do senhor Vereador Manuel José Carmo Coutinho por estar, em representação do Município, numa reunião da RECEVIN, em Vilafranca de Penadés em Barcelona.

SECRETARIOU

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD 02)

O senhor presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e quarenta minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Presidente

Secretário

O senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro**, no uso da palavra, deu conhecimento apresentando ao senhor Presidente da Câmara Municipal o projecto de Ampliação e Requalificação do Museu de Lamego.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** elogiou o referido projecto que tem muita qualidade e grande ambição. Referiu que vai envidar esforços junto do senhor Secretário de Estado da Cultura para que, ainda, neste Quadro Comunitário o mesmo seja aprovado, a fim de ser levada a cabo esta obra.

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (COD 20)

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira**, no uso da palavra, referiu-se à cerimónia pública de entrega do *Prémio A. de Almeida Fernandes – História Medieval Portuguesa* que ficou marcada pelo elogio à memória do “medievalista notável”, natural da vila de Britiande, e pela expressão de “um sentimento de gratidão” aos municípios de Lamego e Ponte de Lima por continuarem a manter viva esta distinção, apesar dos constrangimentos financeiros que enfrentam as autarquias do país. Realizado no Salão Nobre do Teatro Ribeiro Conceição, a 25 de Novembro.

Na edição deste ano, o júri destacou o “nível médio-alto” dos trabalhos submetidos a concurso, “representativa do bom nível com que se está a trabalhar no âmbito das teses de doutoramento, de mestrado e biografias”. Pela primeira vez, uma investigação oriunda do Brasil também se candidatou, prova de que este prémio está a ultrapassar as fronteiras nacionais.

Em representação da família, Flávia Fernandes, filha do homenageado, desfiou o fio das memórias para recordar a infância e a adolescência (do “menino Armandinho”, como era chamado na sua terra) de seu pai.

O senhor Presidente da Câmara fez uma intervenção sublinhando que o referido escritor pertence, com inteira justiça, à galeria das ilustres personalidades deste concelho, que, com perseverança e labor, consagrou diversos trabalhos a esta terra, entre os quais Intervenção de Lamego na Libertação Nacional (1126-1128) e Censual de Sé de Lamego (século XVI).

A abrir e a encerrar este ato público, a atuação do Coro da Universidade Sénior de Lamego também recebeu rasgados elogios.

Presidente

Secretário

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para lamentar não terem aparecido trabalhos oriundos da nossa região, nem trabalhos sobre a cidade ou a região.

A senhora **Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte** referiu-se à campanha de recolha de alimentos que está a ser promovida pelo *Centro de Informação Europe Direct*, entre os dias 12 e 20 de Novembro, à porta das superfícies comerciais do concelho (Pingo Doce e E.Leclerc).

Esta iniciativa visa criar um espírito de voluntariado permanente entre os participantes e reconhecer o voluntariado como um importante contributo para o desenvolvimento social, na medida em que potencia uma maior qualidade nas respostas sociais. Em colaboração com diversos estabelecimentos de ensino e instituições de apoio e solidariedade social, a autarquia de Lamego pretende unir esforços e vontades para celebrar o voluntariado como um dos melhores exemplos no exercício de uma cidadania ativa em prol da comunidade.

Agradeceu a toda a população a colaboração, bem como a todas as instituições, e em especial às Cáritas, Fraternidade Nun'Alvares Pereira de Avões e de Lamego, Obra Kolping e ESTGL que ajudaram mais ativamente nesta campanha.

CONVITE DO CLUBE DESPORTIVO CULTURAL E RECREATIVO DA ENGADINA - SUIÇA (**COD 08**)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento à Exma. Câmara Municipal do teor do ofício emanado do Clube Desportivo Cultural e Recreativo Português da Engadina da Suíça, convidando-o a estar presente no evento Esqui-Slalon Nocturno, que irão realizar no dia 13 de Janeiro de 2012, na Suíça.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

LISTAGEM MENSAL DAS DESPESAS AUTORIZADAS EM OUTUBRO (**COD 45**)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento à Exma. Câmara Municipal da listagem mensal de despesas autorizadas em Outubro, nos termos do n.º 6 do artigo 39º do Regulamento do Sistema de Controlo Interno.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

AGRADECIMENTO DA COORDENADORA DA VIII MEDICINA NA PERIFERIA DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO ICBAS – UP (**COD 56**)

Presidente

Secretário

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento à Exma. Câmara Municipal do teor do e-mail emanado da senhora Coordenadora da VIII Medicina na Periferia da associação de Estudantes do ICBAS-UP, agradecendo toda a disponibilidade e prontidão com que o Município de Lamego recebeu a equipa médica de estudantes que nos passados dias 21, 22 e 23 de Outubro, procederam ao rastreio da população de Lamego.

Considerando os objectivos primários da actividade cumpridos, a experiencia provou-se altamente enriquecedora para a amostra de alunos do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar que passou pelo Município de Lamego. Além de ter permitido o contacto com um panorama populacional da periferia do Porto, proporcionou e determinou uma clara evolução nas capacidades médicas, técnicas e comunicativas do grupo de alunos participantes.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

PARECER DA REDE DE URGÊNCIAS DO HOSPITAL DE LAMEGO (COD 56)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento à Exma. Câmara Municipal do teor do e-mail emanado da Comissão Municipal de Saúde da Assembleia Municipal de Lamego, contendo em anexo o parecer da Rede Nacional de Emergência e Urgência.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ACTA DA REUNIÃO DE 15 DE NOVEMBRO DE 2011 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a acta da reunião de Câmara do dia 15 de Novembro de 2011, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

02-ASSUNTO: PEDIDO DE INTEGRAÇÃO DE CONSUMOS DE ÁGUA NA TARIFA “IDOSOS CARENCIADOS” (COD 01)

REQUERENTE: LÚCIA RODRIGUES DE CARVALHO

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 606/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos referindo que a senhora Lúcia Rodrigues Carvalho, no âmbito da sua pretensão, foi notificada através do ofício n.º 11274, de 19 de Outubro de 2011, dos fundamentos vertidos na informação n.º 758/DMSU, de 1 de Outubro de 2011, no sentido de indeferimento da pretensão identificada em epígrafe.

Face ao exposto e tendo-se determinado o prazo de 10 dias, nos termos do n.º 1 do artigo 101 do CPA, sem que a mesma se pronunciasse, propõe à Exma. Câmara que delibere o indeferir a pretensão formulada.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão formulada pela requerente, nos termos propostos.

03-ASSUNTO: RECTIFICAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: LUIS MANUEL ALVES PINHEIRO NOVAIS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 607/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos referindo que o senhor Luís Manuel Alves Pinheiro Novais, no âmbito da sua pretensão, foi notificado através do ofício n.º 9995, de 14 de Setembro de 2011, dos fundamentos vertidos na informação n.º 758/DMSU, de 1 de Outubro de 2011, no sentido de indeferimento da pretensão identificada em epígrafe.

Face ao exposto e tendo-se determinado o prazo de 10 dias, nos termos do n.º 1 do artigo 101 do CPA, sem que a mesma se pronunciasse, propõe à Exma. Câmara que delibere o indeferir a pretensão formulada.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão formulada pela requerente, nos termos propostos.

04-ASSUNTO: RECTIFICAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: MARIA AMÉLIA DA CONCEIÇÃO F. G. HENRIQUES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 608/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 857/DMSU, de 14 de Novembro de 2011, se proceda à rectificação da factura n.º 124567, relativa ao mês de Outubro de 2011, referente à instalação n.º 10566, pela tarifa de fugas prevista no preçário de água anexo ao Regulamento

Presidente

Secretário

de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, ao abrigo do n.º 5 do artigo 35º daquele Regulamento, passando o valor corrigido a ser de 96,97€.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

05-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES (COD 01)

REQUERENTE: ANA MARIA MONTEIRO ESTEVES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 609/01/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que a senhora Ana Maria Monteiro Esteves, solicitou, no dia 14 do corrente, o pagamento da dívida de água referente à instalação n.º 10154, em prestações de 30,00 euros cada, alegando razões de carácter económico e financeiro. Neste momento a dívida ascende a 503,32 €, acrescido de juros e encargos.

De acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 15º, do Regulamento Geral de Taxas e Licenças, em vigor neste Município, compete à Câmara Municipal conceder autorização dos pedidos de pagamento das taxas em prestações.

Assim sendo, propõe à Exma. Câmara a apreciação do referido pedido.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão da requerente autorizando o pagamento da dívida existente em prestações iguais e mensais no valor de 30 € (trinta euros).

O senhor Presidente da Câmara Municipal deixou uma nota para que os serviços sejam mais céleres na análise deste tipo de processos.

06-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES (COD 01)

REQUERENTE: ELOI TAVARES DA COSTA MAGALHÃES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 610/01/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que o senhor Eloi Tavares da Costa Magalhães, apresentou no dia 02 do corrente, um requerimento solicitando a anulação do pagamento das execuções fiscais e dos juros, referente à instalação n.º 6859.

Refere, ainda, que o requerente apresentou, em 17 de Maio de 2011, um requerimento a solicitar a retirada do contador, em virtude do falecimento de sua

Presidente

Secretário

mãe. No entanto, as dívidas em causa reportam-se a Fevereiro, Março e Abril de 2011, pelo que propõe à Exma. Câmara a apreciação do referido pedido.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão do requerente devendo o processo de execução fiscal correr os seus trâmites legais.

07-ASSUNTO: ACORDO DE GEMINAÇÃO COM A MUNICIPALIDADE FRANCESA DE BOUCHEMAINE (COD 11)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 611/11/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal, a qual refere que a geminação de cidades é um conceito que tem como objectivo a criação de relações e mecanismos protocolares, através dos quais as cidades de áreas geográficas ou políticas, distintas, estabelecem laços de cooperação aos mais diversos níveis: culturais, económicos, turísticos, desportivos, etc.

Considerando a solicitação e vontade expressas do Município de Bouchemaine num acordo de geminação com a cidade de Lamego e após a visita do seu Comité de Jumelage à nossa cidade em Julho último, visita essa retribuída por uma delegação do Município de Lamego, propõe que seja aprovado a proposta do “Acordo de Geminação”, nos termos apresentados.

Mais propõe que, nos termos da alínea d) do n.º 4 do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, este assunto seja enviado à Assembleia Municipal para aprovação.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o “Acordo de Gaminção.”

08-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS EM PRETAROUCA (COD 26)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 612/26/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, seja autorizado o lançamento de fogo-de-artifício e fogo de balonas, no dia 10 de Dezembro de 2011, das 23.30h às 00.00h, para as Festas em Honra de S. Nicolau, a realizar na

Presidente

Secretário

Freguesia de Pretarouca, desde que não sejam lançados balões com mecha acesa ou qualquer tipo de foguetes.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

09-ASSUNTO: AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL EM ESPÉCIE DA EMPRESA LAMEGO CONVIDA – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS, EEM (COD 22-A)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 613/22-A/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que considerando a informação detalhada n.º 477/2011 de 23 de Novembro de 2011 do Chefe da Divisão de Finanças e Património, e uma vez que:

- A entidade para a qual o Município de Lamego cedeu a gestão do Teatro Ribeiro Conceição, é uma empresa pública de âmbito municipal que goza de personalidade Jurídica e é dotada de Autonomia Administrativa, Financeira e Patrimonial, nos termos dos respectivos Estatutos e da Lei n.º 53-F/2006 – Regime Jurídico do Sector Empresarial Local – respeitando-se assim o requisito previsto na alínea f) do ponto 1 da Cláusula Quinta do Contrato – Programa, de que a cedência da gestão poderá ser concedida a uma Entidade Pública;
 - Está assegurado que a Lamego Convida, E.E.M., assumirá as obrigações do Município de Lamego no referido Contrato – Programa, nomeadamente o fomento da cultura, do desporto, o apoio a colectividades de cariz social e a prestação de serviços desportivos aos cidadãos em geral;
 - É o Município de Lamego, através dos seus órgãos deliberativo e executivo, que continua a determinar as Regras e Normas de Funcionamento do Teatro Ribeiro Conceição, bem como a definir as Taxas Aplicáveis e o Regulamento de Gestão;
 - A semelhança do que foi deliberado pela Câmara Municipal de Lamego, sob minha proposta de deliberação n.º 109/22-A/10, a 2010/02/23, e, Assembleia Municipal a 2010/02/23, a transferência de património para Empresa Municipal Lamego Convida, E.E.M “Complexo das Piscinas Municipais” na forma de aumento de capital social em espécie no montante total de € 6.133.000,00;
- e, para que:

a Câmara Municipal de Lamego, nos termos dos termos do artigo 15.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e para os efeitos do disposto no artigo 64º, n.º 6,

Presidente

Secretário

alíneas a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo em vista o exercício dos direitos do Município, enquanto único accionista, na Empresa Municipal Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais E.E.M.;

e, A Assembleia Municipal de Lamego, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 53º, n.º 2, alíneas c), i) e l) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, possam deliberar:

- 1 - Aceitar a avaliação feita e o valor atribuído ao Teatro Ribeiro Conceição;
- 2 – Nos termos dos Estatutos da Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais E.E.M., e do artigo 3º, nº 3, do Decreto-Lei nº 229/2001, de 20 de Agosto, autorizar a participação do Município na alteração do Capital Social da Empresa, Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais E.E.M., através de entrada em espécie, por afectação do seguinte Equipamento e respectivo bem que a seguir se descreve e que consta do relatório de avaliação anexo:
 - Prédio inscrito na Matriz Predial Urbana de Lamego (Sé) sob o n.º 281, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lamego sob o número 212 / 19880314, inventariada com o n.º 16583.

- 3 - Que o equipamento identificado, livres de quaisquer ónus ou encargos (no valor de 6.900.000,00€) representam uma proporção do Município de 100%, (6.900.000,00€) aceitar, conforme consta do Relatório do Revisor Oficial de Contas, tendo em vista manter a proporção de 100% Município, conforme os Estatutos, que o aumento do Capital Social, por parte do Município, se realize da seguinte forma:

Aumento de Capital em Espécie 6.900.000,00 €

Ficando o Município com mais 6.900.000,00€ (100%), no Capital Social da Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais EEM., correspondente a mais 6.900.000 acções no valor nominal de um euro cada, acrescentando assim, ao aumento de capital efectuado 23/02/2011 de 6.133.000,00, correspondente a 6.133.000 acções no valor nominal de um euro cada.

Assim, fica o Município com 13.033.000,00€ (100%), no Capital Social da Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais EEM., correspondente a 13.033.000 acções no valor nominal de um euro cada.

Presidente

Secretário

4 - Autorizar a utilização pela Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais EEM., no âmbito da execução do respectivo Plano de Actividades e Orçamento para 2012.

Desta forma, propõe, nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e para os efeitos do disposto no artigo 64.º, n.º 6, alíneas a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que a Câmara delibere a proposta no sentido de:

1- Ser aprovada e submetida à aprovação da Assembleia Municipal nos termos das disposições conjugadas da alínea i) e l) do n.º 2 do artigo 53.º e da alínea a) do n.º 6 do artigo 69.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o aumento do Capital Social da “Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais E.E.M.”, para 13.083.000,00 €, representando um aumento do capital social em 6.900.000,00 €, face ao actual 6.183.000,00€;

2- Autorizar nos termos das referidas disposições que o aumento de capital social referido anteriormente seja realizado em espécie através do imóvel correspondente ao Teatro Ribeiro Conceição, ao qual foi atribuído o valor de 6.900.000,00 €;

3- Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal nos termos das disposições conjugadas da alínea g) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do n.º 2, do artigo 12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, da alínea d) do artigo 6.º do CIMT e da alínea e) n.º 1 art.º 44.º do Código Tributários, a isenção de IMT relativamente a esta transmissão e IMI relativamente ao imposto sobre imóveis, atendendo ao manifesto interesse público da mesma, documento que constitui parte integrante da presente ata.

Deliberado: Após análise deste assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor e o voto contra do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, aprovar a proposta de aumento de capital em espécie no valor de 6.900.000,00 € da empresa Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais E.E.M.

O senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro fez a seguinte declaração de voto: “Voto contra esta proposta por entender que as razões e os fundamentos apresentados para o aumento do capital social da empresa, na forma como é justificado, em nada alteram os níveis de execução até agora alcançados, uma vez

Presidente

Secretário

que esta empresa já desenvolve a sua actividade nos termos que agora diz pretender desenvolver futuramente. Ou seja, para fazer o que está a fazer, e da forma como o está a fazer, não tem necessidade deste aumento de capital e nenhuma alteração substantiva, para além do que já ocorre actualmente, aqui se apresenta como indispensável e fundamental para necessitar deste aumento de capital. Tudo isto sem prejuízo do nosso entendimento, desde a primeira hora enunciado, de que esta empresa não tem condições de existência, nos termos em que actualmente se encontra configurada, tanto do ponto de vista legal, como da sua sustentabilidade financeira.”

Ausente o senhor Presidente da Câmara Municipal por impedimento legal.

10-ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA DO CONCELHO DE LAMEGO CELEBRADO COM A SOCIEDADE ECOAMBIENTE, S.A. (COD 32)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 617/32/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos que refere que, considerando o teor do n.º 2 da Cláusula Décima Primeira do Contrato n.º 07/2010, com a menção – revogação e modificação do contrato – referente à Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana do Concelho de Lamego, celebrado aos 26/01/2010, entre o Município de Lamego e a sociedade Ecoambiente – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A., na qual consta que: *“O contrato só pode ser modificado com os fundamentos previstos no artigo 311.º e seguintes do CCP e só será válida se efectuada sobre a forma de documento escrito e assinado pelas partes, com menção expressa das disposições alteradas e aditadas e da data a partir da qual produz efeitos.”*

Considerando a prestação de serviços em causa, a mesma é dinâmica e não estática, ou seja, trata-se de uma prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos e limpeza urbana, assente na produção *per capita* de resíduos e varredura em km de artérias em perímetro urbano.

Considerando, ainda, que no caderno de encargos estavam estimadas quantidades de resíduos recolhidos em toneladas e km de varredura efectuados nos últimos cinco anos anteriores à celebração do contrato, mas ao longo do ano de 2011, foi verificado no terreno um incremento da produção de resíduos, assim como, um

Presidente

Secretário

aumento do número de arruamentos a varrer. Tais condições são traduzidas em Autos de Medição Mensais de valores mais elevados colidindo com a repartição de encargos plasmada na Cláusula Quarta (Encargos) do supracitado contrato.

Nesta linha de pensamento, há necessidade de introduzir modificações ao contrato em vigor, nomeadamente, no que concerne aos encargos previstos e constantes na Cláusula Quarta e ao prazo de vigência e duração (*vide* Cláusula Quinta), fundamentados nos termos da alínea b) do artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos, em que: “*O contrato pode ser modificado com os seguintes fundamentos:*
b) Por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.”

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara:

- a) A aprovação da nova repartição de encargos de acordo com as folhas de cálculo anexas e o seu posterior envio à Assembleia Municipal, para o mesmo efeito;
- b) A autorização para a modificação das cláusulas quarta e quinta do contrato n.º 07/2010, celebrado aos 26/01/2010, através da celebração de uma adenda ao contrato.
- c) A aprovação da nova redacção das cláusulas quarta e quinta do contrato acima mencionado, será a seguinte:

Onde se lê:

Cláusula Quarta

(Encargos)

---1º. O encargo previsto com este contrato para o ano de 2010 será de € **524.309,80** (quinhentos e vinte e quatro mil trezentos e nove euros e oitenta cêntimos), para os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014 será de € **629.171,76** (seiscentos e vinte e nove mil cento e setenta e um euros e setenta e seis cêntimos) e para o ano de 2015 será de € **104.861,96** (cento e quatro mil oitocentos e sessenta e um euros e noventa e seis cêntimos), com IVA incluído. -----

Deve ler-se:

Cláusula Quarta

(Encargos)

---1º. O encargo previsto com este contrato para o ano de 2010 será de € **544.284,72** (quinhentos e quarenta e quatro mil duzentos e oitenta e quatro euros e setenta e dois cêntimos), para o ano de 2011 será de € **686.822,84** (seiscentos e

Presidente

Secretário

oitenta e seis mil oitocentos e vinte e dois euros e oitenta e quatro centimos), para os anos de 2012 e 2013 será de **€ 708.000,00** (setecentos e oito mil euros) e para o ano de 2014 será de **€ 528.711,80** (quinhentos e vinte e oito mil setecentos e onze euros e oitenta centimos), com IVA incluído.-----

Onde se lê:

Cláusula Quinta

(Prazo de vigência e duração)

---O prazo de execução dos trabalhos é de sessenta meses, incluindo sábados, domingos e dias feriados, contados a partir do dia 1 de Março de 2010, e na execução dos trabalhos, deverão ser respeitadas as normas do Caderno de Encargos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, mantendo-se até essa data, as condições de preços e serviços oferecidos.-----

Deve ler-se:

Cláusula Quinta

(Prazo de vigência e duração)

---O prazo de execução dos trabalhos tem início no dia 15 de Março de 2010, e mantém-se em vigor pelo período de sessenta (60) meses, incluindo sábados, domingos e dias feriados, contados a partir dessa data ou até à data da prestação total dos serviços, caso ocorra antes daquele período e na execução dos trabalhos, deverão ser respeitadas as normas do Caderno de Encargos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, mantendo-se até essa data, as condições de preços e serviços oferecidos.-----

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da ordem de trabalhos, por não ser justificável qualquer tipo de alteração ao contrato celebrado sobre esta matéria.

11-ASSUNTO: VI BIENAL INTERNACIONAL DE GRAVURA DO DOURO 2012 – PROPOSTA DE PROTOCOLO (COD 52.A)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 614/52-A/11 do senhor Presidente da Câmara a qual refere do teor do ofício emanado do senhor Director da Bienal Internacional da Gravura do Douro, datado de 8 de Novembro de 2011, no qual propõe a realização de um protocolo de colaboração, no sentido de constituir uma

Presidente

Secretário

parceria que irá contemplar a realização de uma exposição internacional de gravura, no Município de Lamego, num espaço a ceder por este.

No entanto, solicita para o efeito uma comparticipação financeira no valor de 5.000,00 € (cinco mil euros).

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara que aprecie e delibere sobre o pedido formulado.

Deliberado: Após análise deste assunto a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, salvaguardando, no entanto, o interesse deste evento, indeferir o pedido solicitado, tendo em conta razões de natureza económica.

12-ASSUNTO: I ENCONTRO DOURO ANTIGOS E CLÁSSICOS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 615/62/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que seja ratificado o seu despacho, datado de 11 de Novembro de 2011, no qual autorizou a realização do I Encontro Douro Antigos e Clássicos, no dia 13 de Novembro de 2011, bem como o estacionamento em frente ao Tribunal de Lamego, entre as 8:30h e as 10:00h.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

13-ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DA SÉ (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 616/62/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao conteúdo das informações nº310 e 837, de 10.05.2010 e 08.11.2011, emanadas pela DMSU, seja deliberado pela Câmara Municipal a colocação da seguinte sinalização de trânsito na Rua Fausto Guedes Teixeira:

H3 – Trânsito de sentido único - no entroncamento da Rua Fausto Guedes Teixeira com a Rua Sobral Cid.

C1 – Sentido Proibido – no entroncamento do Quelho da GNR com a Rua Fausto Guedes Teixeira.

A Sinalização anteriormente referida está regulamentada pelo (Dec. Regulamentar 22-A/98 de 01.10, alterado pelo Dec. Regulamentar nº 41/2002 de 20.08).

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Presidente

Secretário

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

14-ASSUNTO: EN 222 - QUEDA DE MURO DE SUPORTE E ESTABILIZAÇÃO DA ENCOSTA (COD 17)

Presente à reunião a proposta de deliberação do senhor Presidente da Câmara Municipal que vem acompanhada do ofício nº101863 remetido pela E.P.-Estradas de Portugal, S.A. referindo que para reposição das condições de segurança da EN222 ao Km 132+200 devido ao deslizamento de terras, incorreu numa despesa de cerca de €600.000, por factos imputáveis a terceiros, não tendo até ao momento sido ressarcida do mesmo, encontrando-se em curso um processo de execução fiscal instaurado contra a proprietária do terreno.

Atendendo à especificidade do processo, e aos vários contactos havidos com esta entidade, solicitam que o Município de Lamego se pronuncie no que respeita à disponibilidade para, consensualmente, e em conjunto com as demais entidades com jurisdição na matéria, colaborar financeiramente na despesa em que a EP incorreu no processo, mediante a formalização de um protocolo.

Presente, ainda, o ofício da Sra. Maria de Fátima Gonçalves Bastos que remete cópia da documentação do processo.

Assim, propõe ao Exmo. Executivo que analise e delibere sobre este assunto.

Deliberado: A Câmara Municipal analisou atentamente a comunicação das Estradas de Portugal e deliberou, por unanimidade, não aceitar a formalização de um protocolo conforme proposto e, consequentemente, o pagamento de quaisquer encargos a ele inerentes.

Mais deliberou questionar as Estradas de Portugal se o processo relativo a outras intervenções das Estradas de Portugal ocorridas no mesmo troço de estrada tiveram o mesmo procedimento ou se está a haver tratamento diferenciado desta

Presidente

Secretário

munícipe de Lamego, relativamente a idênticas situações da mesma natureza, já ocorridas na EN 222.

15-ASSUNTO: CEDÊNCIA DE POSIÇÃO CONTRATUAL DO ADJUDICATÁRIO NA CONCESSÃO A TÍTULO PRECÁRIO DO CAFÉ E ESPLANADA IV ESTAÇÕES (COD 17)

REQUERENTE: SEBASTIÃO RIBEIRO DE PAIVA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 621/17/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal para que face ao teor da informação n.º 575/DAC, de 28 de Novembro de 2011, bem como do parecer do Chefe da DAC exarado sobre a mesma, seja deliberado autorizar a cedência da posição contratual do adjudicatário Pedro Miguel Rebelo Gouveia, para o requerente supra identificado, sendo que, a ser tomada tal deliberação, será a mesma condicionada à apresentação da documentação, bem como da prestação da caução, por parte do cessionário, referidas no último parágrafo da mencionada informação.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

16-ASSUNTO: PEDIDO DE INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS PARA REALIZAÇÃO DA SEMANA DO CALOIRO 2011 (COD 20)

REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 618/20/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal para que, no seguimento do pedido da Associação de Estudantes da Escola Superior e Tecnologia de Lamego, seja ratificado o seu despacho, datado de 25 Novembro de 2011, no qual autorizou o funcionamento de recinto improvisado, nas antigas instalações da discoteca “Super Reserva”, para a realização da Semana do Caloiro 2011, no período de 30 de Novembro a 3 de Dezembro, nos termos, do artigo 19.º, do Decreto-Lei 309/2002, de 16 de Dezembro, bem como a isenção do pagamento da respectiva taxa, nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 26.º, do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lamego.

Presidente

Secretário

Deliberado: A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a ratificação do despacho, bem como deliberou isentar a requerente do pagamento de todas as taxas provenientes deste processo.

17-ASSUNTO: LOTEAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL – 2. FASE (COD 39)

Presente proposta de deliberação n.º 620/39/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal que refere que de acordo com a informação 365/DOM de 23/11/2011, a DOM elaborou o projecto referente a 2.ª fase do loteamento que envolve 2 prédios a saber:

- Prédio inscrito na matriz cadastral da freguesia de Várzea de Abrunhais sob o n.º 51-D e descrito na Conservatória de registo predial sob o n.º 518/19990624, com a área total de 4.375,00 m².
- Prédio inscrito na matriz cadastral da freguesia de Várzea de Abrunhais sob o n.º 226-D e descrito na Conservatória de registo predial sob o n.º 885/20090420, com a área total de 5885,00 m².

Este loteamento surge na sequência do primeiro para aquela zona industrial e resulta da necessidade de se ter de concluir o 1.º loteamento, dando-lhe uma via de saída para a estrada Municipal a Sul, como se pode verificar na planta de localização.

As infraestruturas estão feitas com o consentimento dos intervenientes há apenas que proceder à divisão em lotes e saber como foram distribuídas as áreas dos citados terrenos.

A área a ser intervencionada corresponde a um total de 10.260.00 m² (somatório dos dois prédios citados anteriormente) e fica distribuída de acordo com o quadro de síntese seguinte:

Presidente

Secretário

QUADRO SÍNTESE

N.º Lote	Área do lote/m2	Área de Impl./m2	Área de Const./m2	Área de Logr./m2	Pisos acima da cota de soleira	Pisos abaixo da cota de soleira	Cércea Altura (m)	Destino
1	1.440,00	600,00	1.200,00	840,00	1	1	7,00	Armazenagem/Industria tipo 3
2	1.440,00	600,00	1.200,00	840,00	1	1	7,00	"
3	1.993,00	600,00	1.200,00	1.393,00	1	1	7,00	"
4	1.989,00	600,00	1.200,00	1.398,00	1	1	7,00	"
5	2.724,17	700,00	1.400,00	2.024,17	1	1	7,00	"
Total	9.586,17	-	-	-	-	-		

Áreas a integrar o domínio Público Municipal

Passeios 245,00 m²

Faixa de rodagem 360,83 m²

Espaços verdes 68,00 m²

Total 673,83 m²

Em resumo: 9.586,17 + 673,83 = 10.260,00 m² correspondente à área total dos prédios a lotear.

Este loteamento, já havia sido incorporado no primeiro, para se ter a noção de como seriam distribuídos os lotes deste, no futuro.

Nos termos da referida informação, são cumpridas as disposições legais em vigor, pelo que propõe à Exma. Câmara a sua aprovação, para posterior registo.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

18-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (COD 51)

REQUERENTE: ALCINO FILIPE COUTINHO XAVIER CARVALHO – BAR TREBARUNA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 618/51/11 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, para que, no seguimento do pedido do senhor Alcino Filipe Coutinho Xavier Carvalho – Bar Trebaruna, seja autorizado o prolongamento de funcionamento de horário, das 02H00 da manhã

Presidente

Secretário

para as 04H00, nos dias 1, 3, 4, 8, 10, 11, 17, 18, 24 e 31 de Dezembro de 2011, e 1 de Janeiro de 2012, nos termos estabelecidos no artigo 3º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respectivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do nº 1 do artigo 3º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

19-ASSUNTO: NOVA REFORMA JUDICIÁRIA – CRIAÇÃO DOS DISTRITOS JUDICIAIS (COD 64)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento à Exma. Câmara Municipal do teor do e.mail referente à nova reforma judiciária que se consubstancia em criar unicamente 18 comarcas sediadas nas capitais de distrito, baseado na disseminação dos Tribunais pelo País em função da procura dos serviços de justiça e da mobilidade de todos, desde os cidadãos aos magistrados, funcionários e advogados, de acordo com partes do discurso no congresso dos juízes sobre a reforma judiciária.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

20-ASSUNTO: PONTE METÁLICA DA RÉGUA SOBRE O RIO DOURO – REABILITAÇÃO DA OBRA DE ARTE (COD 40)

Presente proposta de deliberação n.º 623/40/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal que refere que, no seguimento do ofício nº 11243, onde foi demonstrado o desagrado pela forma como se discriminaram dois concelhos vizinhos e para os quais não se encontra qualquer motivo, uma vez que na margem do concelho do Peso da Régua a inserção na Estrada Nacional está a ser pavimentada em lajes de granito enquanto que na margem pertencente ao concelho de Lamego a pavimentação foi executada com paralelepípedos usados, arranjo inestético para tão avultada obra, e também a não execução do arranjo do Largo do Torrão onde

Presidente

Secretário

existe a balança e o posto da brigada de trânsito da GNR, a E.P.- Estradas de Portugal, S.A. através do ofício nº104270 esclarece o seguinte:

“Os trabalhos previstos a efectuar no âmbito da empreitada em curso não incluíam o arranjo do largo onde existe a balança e o posto da Brigada de Trânsito, devido à falta de autorização da Direcção-Geral de Tesouro e Finanças, enquanto titular desse património.

Tendo presente a limitação imposta pelo prazo de execução da empreitada, não será assim possível intervir no imediato.

Pretendendo-se integrar esta demolição na solução desejada de requalificação a implementar, até porque estas estruturas evidenciam um potencial risco de ruína, por falta de manutenção e conservação, não compatível com as condições de segurança de pessoas e bens, bem como a circulação rodoviária, procurou-se agora encontrar uma solução provisória que não implicasse meios e custos elevados e desnecessários.

Necessariamente uma nova intervenção a efectuar contribuirá, então, para melhor dignificar este espaço que se pretende seja uma das portas de entrada para a “nova” Ponte, Obra de Arte beneficiada que a todos tanto nos apraz.”

Assim, propõe ao Exmo. Executivo que analise e delibere sobre este assunto.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, reiterar o conteúdo do seu ofício a propósito deste assunto e interceder junto da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, a obtenção da autorização para proceder à desmontagem da balança e demolição do antigo edifício da Brigada de Trânsito, com vista ao arranjo do Largo do Torrão.

Mais deliberou, dar conhecimento desta decisão às Estradas de Portugal, S.A., solicitando que a qualidade do arranjo urbanístico a realizar seja compatível com o executado na margem direita do Douro.

21-ASSUNTO: RESUMO DIÁRIO DE TESOOURARIA (COD 55-A)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 28 de Novembro de 2011.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

22-ASSUNTO: REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DA FEIRA (COD 41)

Presidente

Secretário

Presente proposta de deliberação n.º 622/41/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal para que, nos termos e com os fundamentos constantes da informação nº 367/DOM, de 28.11.2011, seja aprovado pela Exma. Câmara Municipal os erros e omissões indicados pelos projectistas, atentas as listas apresentadas pelos interessados no âmbito do procedimento concursal acima referido, bem como a prorrogação do prazo para apresentação de propostas até ao dia 16 de Dezembro de 2011.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a lista final de erros e omissões indicados pelos projectistas, bem como prorrogar o prazo para apresentação de propostas até ao dia 16 de Dezembro de 2011, com o voto contra do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, que declarou o seguinte: “Estava na intenção de me abster neste assunto pela forma intempestiva, e completamente em cima da hora em que o mesmo nos foi apresentado, não dando tempo para uma análise cuidada e detalhada da proposta, nas razões e fundamentos apresentados, dada a complexidade e extensão do documento apresentado, que se não compadece com decisões “em cima do joelho” como se costuma dizer. Todavia, e face à gravidade das informações aqui e agora verbalmente apresentadas pela Chefe da Divisão das Obras Municipais, Enga. Maria de Lourdes Maia Veiga de Figueiredo, que nos transmite muitas dúvidas sobre a regularidade e adequação dos procedimentos adoptados, decidi alterar esse meu sentido de voto inicial e optar, finalmente, por votar contra esta proposta.” O senhor **Presidente da Câmara** referiu que a aprovação da lista de erros e omissões não obedece a qualquer procedimento complexo, pois resulta apenas e só da aprovação da lista final das quantidades de trabalho a que os técnicos chegaram, mediante o confronto das medições efectuadas pelos projectistas contratados pelo município e pelas efectuadas pelos medidores/orçamentistas dos empreiteiros, sendo essas medições confirmadas e aceites pelos técnicos do município.

23-ASSUNTO: PROCESSO DISCIPLINAR (COD 44)

ARGUIDO: ARMANDINO DA CUNHA FERREIRA

Na sequência da deliberação tomada pela Câmara Municipal em sua reunião ordinária realizada no dia 15 do corrente mês e de acordo com a proposta de

Presidente

Secretário

deliberação n.º 597/44/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, relativa ao processo disciplinar acima identificado, acompanhado das conclusões do relatório final do instrutor do processo, segundo as quais, dando-se como provados os factos imputados ao arguido, nos termos das disposições combinadas dos artigos 3º, nº 1, nº 2 alínea e), nº 7, artigo 9º, nº 1 al. b), 10º nº 2, e artigo 16º alínea d) e artigo 20º, todas do Estatuto disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, propõe que se aplique ao arguido a pena de multa na quantia de € 53,32 (cinquenta e três euros e trinta e dois cêntimos), equivalente a duas remunerações base diárias. Propõe ainda, nos termos das disposições combinadas dos artigos 3º, nº 1, nº 2 alínea a), nº 3, 9º, nº 1 al. c), 10º nº 3, 17º e 20º, a aplicação, ao arguido, da pena de suspensão pelo período de vinte dias. No entanto, atento o estatuído no artigo 9º, nº 3 do Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, propõe a aplicação ao arguido, da pena única de suspensão pelo período de vinte e um dias. Assim, considerando que se dá como provado que o arguido não tem antecedentes, sendo trabalhador do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Lamego, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, desde 08.11.1979, nada constando do seu certificado de registo disciplinar junto aos autos; considerando, finalmente, que não é conhecida a prática de qualquer infracção disciplinar posterior à que se reporta o presente processo, afigura-se que a simples censura do comportamento e a ameaça da pena realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição e prevenção da infracção, verificando-se um juízo de prognose social favorável ao arguido, pelo que poderá a Exma. Câmara Municipal se assim o entender suspender a pena aplicada pelo período de um ano, a contar da data da notificação da decisão ao arguido, nos termos do disposto no artigo 25º do E.D.. Mais esclarece que a suspensão caducará se o trabalhador vier a ser, no seu decurso, condenado novamente em processo disciplinar.

Deliberado: Analisadas as conclusões do relatório final do instrutor do processo disciplinar e após demorada discussão sobre o assunto a Câmara Municipal decidiu o seguinte:

- Considerando que a infracção disciplinar objecto do presente processo se refere a um acidente de viação, no qual o arguido se envolveu como condutor de uma viatura propriedade deste Município de Lamego;

Presidente

Secretário

- Considerando que o acidente se deveu à colisão ou embate com outra viatura que se deslocava em sentido contrário;
- Considerando as circunstâncias temporais e factuais em que o referido acidente de viação ocorreu;
- Considerando que, por tais factos, ao arguido é imputada a infracção disciplinar de violação do dever de zelo, do (E. D.) Estatuto Disciplinar, passível de punição com a pena de multa, e a violação do dever de prossecução do interesse públicos, passível de punição com a pena de suspensão;
- Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 3º, do Estatuto Disciplinar, “Considera-se infracção disciplinar o comportamento do trabalhador... que viole deveres gerais ou especiais inerentes à função que exerce” (sublinhado nosso);
- Considerando que o arguido é detentor da categoria de assistente operacional, sendo oriundo da categoria de operador de estações elevatórias;
- Considerando que as funções cometidas e exercidas pelo arguido, de acordo com os objectivos que lhe foram fixados, resultam das competências consideradas adequadas com o seu perfil profissional;
- Considerando que dos seus objectivos e competências profissionais não incluem as funções inerentes à categoria de motorista;
- Considerando a circunstancia atenuante especial a que se refere a alínea e) do artigo 22º, do E. D.;
- Considerando, finalmente, que o arguido já requereu a sua aposentação voluntária;

Face ao exposto, e tendo em conta que o arguido sempre exerceu as suas funções com competência adequada e zelo profissional, não existindo no seu processo individual qualquer registo do foro disciplinar, gozando a Câmara Municipal de um amplo poder discricionário, embora limitado à possibilidade de atenuar a moldura da pena e nunca de a substituir por uma pena inferior, mas dando como válido que as circunstancias atenuantes diminuem de forma acentuada a necessidade da punição disciplinar cometida, por ser exercida num contexto de acidente de viação e na qualidade de motorista, conduz potencialmente a uma diminuição das exigências disciplinares e da gravidade da pena com que, efectivamente, se iria sancionar o comportamento ilícito e culposos, pelo que o executivo deliberou, por unanimidade, absolver o arguido da aplicação de qualquer pena disciplinar.

Presidente

Secretário

Mais foi deliberado, no entanto, nada opor ao relatório final do instrutor, cujos factos relatados e direito disciplinar aplicado são, na respectiva dimensão, irrefutáveis.

24-ASSUNTO: PROCESSO DISCIPLINAR (COD 44)

ARGUIDOS: JORGE MANUEL PINTO GUEDES E ACÁCIO RODRIGUES
LINO FERREIRA

Na sequência da deliberação tomada pela Câmara Municipal em sua reunião ordinária realizada no dia 15 do corrente mês e de acordo com a proposta de deliberação n.º 598/44/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, relativa ao processo disciplinar acima identificado, que vem acompanhada das conclusões do relatório final do instrutor do processo, segundo o qual, dá-se como provados os factos imputados ao arguido Jorge Manuel Pinto Guedes, nos termos das disposições combinadas dos artigos 3º, n.º 1, n.º 2 alínea e), n.º 7, artigo 9º, n.º 1 al. b), 10º n.º 2, e artigo 16º alínea d) e artigo 20º, todas do Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, propondo que se aplique ao arguido a pena de multa na quantia de € 46,68 (quarenta e seis euros e sessenta e oito cêntimos), equivalente a duas remunerações base diárias; propõe, ainda, nos termos das disposições combinadas dos artigos 3º n.º 1, n.º 2 alínea g), n.º 9, 9º n.º 1 alínea c), 10º n.º 3, 17º e 20º, a aplicação ao arguido da pena de suspensão pelo período de vinte dias; mais propõe nos termos das disposições combinadas dos artigos 3º n.º 1, n.º 2 alínea a), n.º 3, 9º n.º 1 alínea c), 10º n.º 3, 17º e 20º, a aplicação ao arguido da pena de suspensão pelo período de vinte dias. Atento o estatuído no artigo 9º, n.º 3 do Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, a pena única de suspensão pelo período de vinte e um dias.

Assim, considerando que se dá como provado que o arguido não tem antecedentes disciplinares, sendo trabalhador do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Lamego, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, desde 01.08.1996, nada constando do seu certificado de registo disciplinar junto aos autos; considerando, finalmente, que não é conhecida a prática de qualquer infracção disciplinar posterior à que se reporta o presente processo, afigura-se que a simples censura do comportamento e a ameaça da pena realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição e prevenção da infracção, verificando-se um juízo de prognose social favorável ao arguido, pelo que poderá a

Presidente

Secretário

Exma. Câmara Municipal se assim o entender, suspender a pena aplicada pelo período de um ano, a contar da data da notificação da decisão ao arguido, nos termos do disposto no artigo 25º do E.D..

Dá-se, igualmente, como provados os factos imputados ao arguido Acácio Rodrigues Lino Ferreira, nos termos das disposições combinadas dos artigos 3º, nº 1, nº 2 alínea e), nº 7, artigo 9º, nº 1 al. b), 10º nº 2, e artigo 16º alínea d) e artigo 20º, todas do Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, propondo que se aplique ao arguido a pena de multa na quantia de € 20,71 (vinte euros e setenta e um cêntimos), equivalente a uma remuneração base diária; propõe, ainda, nos termos das disposições combinadas dos artigos 3º n.º 1, n.º 2 alínea g), n.º 9, 9º n.º 1 alínea c), 10º n.º 3, 17º e 20º, a aplicação ao arguido da pena de suspensão pelo período de vinte dias; mais propõe nos termos das disposições combinadas dos artigos 3º n.º 1, n.º 2 alínea a), n.º 3, 9º n.º 1 alínea c), 10º n.º 3, 17º e 20º, a aplicação ao arguido da pena de suspensão pelo período de vinte dias. Atento o estatuído no artigo 9º, nº 3 do Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, a pena única de suspensão pelo período de vinte e um dias. Assim, considerando que se dá como provado que o arguido não tem antecedentes disciplinares, sendo trabalhador do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Lamego, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, desde 02.03.1982, nada constando do seu certificado de registo disciplinar junto aos autos; considerando, finalmente, que não é conhecida a prática de qualquer infracção disciplinar posterior à que se reporta o presente processo, afigura-se que a simples censura do comportamento e a ameaça da pena realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição e prevenção da infracção, verificando-se um juízo de prognose social favorável ao arguido, pelo que poderá a Exma. Câmara Municipal se assim o entender, suspender a pena aplicada pelo período de um ano, a contar da data da notificação da decisão ao arguido, nos termos do disposto no artigo 25º do E.D..

Deliberado: Analisadas as conclusões do relatório final do instrutor do processo disciplinar, e na sequência da proposta do senhor Vice-Presidente Presidente da Câmara Municipal, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 90º Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, tendo o executivo deliberado, por maioria, (com quatro

Presidente

Secretário

votos a favor e uma abstenção), concordar com as conclusões e fundamentos do relatório final do instrutor, aplicando ao arguido Jorge Manuel Pinto Guedes a pena única de suspensão, pelo período de vinte e um dias, e a suspensão da pena aplicada, pelo período de um ano, a contar da data da notificação da decisão ao arguido, nos termos do disposto no artigo 25º do E.D.. A suspensão caducará se o trabalhador vier a ser, no seu decurso, condenado novamente em processo disciplinar.

Analisadas, igualmente, as conclusões do relatório final do instrutor do processo disciplinar, e na sequência da proposta do senhor Vice-Presidente Presidente da Câmara Municipal, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 90º Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, tendo o executivo deliberado, por maioria, (com seis votos a favor e uma abstenção), concordar com as conclusões e fundamentos do relatório final do instrutor, aplicando ao arguido Acácio Rodrigues Lino Ferreira a pena única de suspensão, pelo período de vinte e um dias, e a suspensão da pena aplicada, pelo período de um ano, a contar da data da notificação da decisão ao arguido, nos termos do disposto no artigo 25º do E.D.. A suspensão caducará se o trabalhador vier a ser, no seu decurso, condenado novamente em processo disciplinar.

O senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro proferiu a seguinte declaração de voto: “Abstive-me na presente deliberação, uma vez que resultou claro, pela leitura de todo o processo, que houve diferente grau de culpa no procedimento agora objecto de sanção disciplinar, e como sou de opinião que para diferente grau de culpa deve haver diferente grau sancionatório, não posso estar de acordo com uma decisão que trata igualmente duas atitudes e motivações diferentes, ainda que referentes à prática de um mesmo acto irregular. Daqui a razão do meu voto”.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 84º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, inscreveram-se os seguintes munícipes:

Presidente

Secretário

1. Dr. Joaquim de Almeida; Lamego.

Interveio o senhor Dr. **Joaquim de Almeida** para lembrar que, no passado 16 de Agosto, fez vinte anos que faleceu o seu tio Dr. João de Almeida, tendo manifestado a sua preocupação para aquilo que designou como falta de dinâmica e de empenho da Câmara Municipal de Lamego na resolução do processo da “Quinta de Magueija”, uma vez que é a herdeira daquela Quinta, por legado deixado pelo senhor Dr. João de Almeida.

Perguntou e gostaria de saber, também, como foi possível a cedência da casa do Dr. João de Almeida à Associação Portas Pra Vida, sita na Serra das Medas em Lamego.

Ainda, no que se refere à Quinta de Magueija acrescentou que é o “caseiro” que está a tratar das terras, mas como está reformado passou as terras para um filho, como se fossem dele. Daí que gostaria de ver um maior empenho, por parte da Câmara Municipal de Lamego, para resolver, de uma vez por todas, este assunto através da tomada de posse daquele terreno, tendo o mesmo chegado a sugerir que nele fossem colocadas energias renováveis e que na casa do caseiro fosse instalado um “Centro de Idosos”.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu ao senhor Dr. Joaquim de Almeida esclarecendo que em relação à titularidade daquele terreno, o processo se encontra em Tribunal, havendo duas formas de resolver este assunto. Uma será aguardar pela decisão do tribunal. A outra passa pela formalização de um qualquer acordo.

A solução que a Câmara Municipal decidiu usar foi a de criar uma Fundação, a qual mereceu a aprovação da Assembleia Municipal, na perspectiva da formalização de uma candidatura ao PRODER, não tendo surtido, até à presente data, qualquer efeito, por não ter sido conseguida aprovação da Fundação na presidência do conselho de ministros.

Actualmente, a Câmara Municipal vê-se impedida de criar Fundações e outras associações devido às novas medidas de austeridade impostas pelo actual Governo.

Quanto à Associação Portas Pra Vida está a ser construído um lar, tendo sido feita uma candidatura para a instalação de um Centro de Actividades Ocupacionais, que

Presidente

Secretário

depois de concluído permitirá libertar a residência do Dr. João de Almeida que voltará à posse do município.

Referiu, ainda, que em relação ao Parque de Campismo a candidatura da Câmara ficou inviabilizada por não ter sido conseguida a criação da Fundação. Disse, no entanto, que já houve reuniões para se encontrar uma solução, mas que os potenciais interessados não se mostraram receptivos quer pela localização quer pela dimensão do referido parque, encontrando-se, assim, este assunto num impasse.

Quanto à colocação de energias renováveis este será um assunto a colocar à consideração das empresas do sector.

Seguidamente usou da palavra o senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** para dizer que concordava, integralmente, com o que foi dito pelo senhor Presidente da Câmara, acerca deste assunto.

Por fim, o senhor **Dr. Joaquim de Almeida** manifestou a vontade de que gostaria de ver, em vida, uma solução para aquela propriedade de Magueija, sendo que gostaria de ver lá construído um lar de idosos ou um centro de dia, beneficiando, assim, as pessoas residentes naquela Freguesia.

O senhor **Presidente da Câmara** informou que uma vez que já existem lares de Idosos em Arneiros e em Penude não faz sentido a existência de outro na mesma área e que a melhor solução seria efectivamente o desenvolvimento de um projecto pedagógico e de investigação como o que a câmara já tem elaborado.

Por fim, disse que iria ver com o senhor Vereador António Pinto Carreira em que estado se encontra a referida acção judicial que está a correr os seus trâmites no Tribunal de Lamego.

No entanto, lamenta esta situação, já que não está a ser cumprido um desejo do Dr. João de Almeida.

Admitiu que a solução para ultrapassar toda esta situação passaria pela criação de uma Associação, mas que existem, no entanto, entraves de ordem financeira, pois seria um projecto a candidatar ao PRODER, já que as Câmaras Municipais estão inibidas de se candidatar à generalidade das medidas do Proder.

25-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Presidente

Secretário

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado:

26-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas e cinquenta minutos, da qual foi lavrada esta acta que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária